>> Entrevista | ANTONIO BRAZ DE SOUZA | comandante de força-tarefa contra pirataria

Oficial que assumiu uma das operações conjuntas de combate à pirataria no Mar Vermelho destaca o reconhecimento internacional ao profissionalismo dos militares brasileiros. Atuação é fundamental para proteger rotas comerciais

"Marinha é uma Força capaz"

» VICTOR CORREIA

Marinha do Brasil assumiu, no fim de janeiro, o comando da iniciativa internacional que combate a pirataria no Mar Vermelho. A Combined Task Force 151 (CTF 151) é uma das cinco forças-tarefa operadas pela maior coalizão naval do mundo, que reúne 41 países, chamada de Combined Maritime Forces (CMF). É a terceira vez que o Brasil ocupa o posto, por um período de três a seis meses. Esta também é a mais sensível, já que a guerra entre Israel e o grupo extremista Hamas na Faixa de Gaza causou uma tensão generalizada no Mar Vermelho, que intensificou a ação de piratas e grupos rebeldes contra navios mercantes.

O comando da força-tarefa está a cargo do contra-almirante Antonio Braz de Souza. Em entrevista ao Correio, o militar explicou que há uma oportunidade para que a Marinha estreite relações com outras forças navais e fomente a cooperação no futuro. Apesar do conflito armado na região, ele esclareceu que a forçatarefa não participa e que a ação contra navios de outras nações só pode acontecer em autodefesa ou para proteger outros navios brasileiros. O aumento na ação de piratas na região também traz risco de elevação no preço de produtos importados, já que o Mar Vermelho é uma das rotas comerciais mais importantes do mundo.

Segundo Braz de Souza, a Marinha monitora a tensão e as embarcações brasileiras que trafegam na rota, emitindo recomendações. Ele avalia que o bom desempenho dos militares brasileiros na operação pode trazer experiência valiosa para o combate à pirataria em águas estratégicas para o Brasil, bem como dissuadir ações hostis contra o país no futuro. Leia os principais trechos da entrevista:

O que o comando da força-tarefa no Mar Vermelho representa para a Marinha?

O fato de o Brasil liderar a CTF 151 pela terceira vez, após ter exercido, por alguns anos, o comando da Maritime Task Force (MTF) da Força Interina das Nações Unidas (ONU) no Líbano, demonstra a continuidade do reconhecimento internacional da Marinha do Brasil como uma Força capaz, conciliadora e confiável, além de destacar a sua disposição para contribuir ativamente para Operações de Paz e de Segurança Marítima. O comando da força-tarefa representa valiosa oportunidade para incrementar a interoperabilidade e laços de cooperação com diversas Mannha/Divulgação

Cerca de 80% do comércio global é movimentado por via marítima. Portanto, o aumento da atuação de piratas impõe prejuízo a toda a economia global, incluindo o Brasil"



(A participação na força-tarefa) tende a fomentar relações que podem proporcionar futuras parcerias estratégicas entre indústrias nacionais de defesa"

Pirataria no Oriente Médio: consequências econômicas para o Brasil

marinhas, bem como para compartilhamento de conhecimento e exercício do comando e controle, principalmente na condução de ações contra pirataria, que podem ser necessárias em regiões do entorno estratégico do Brasil.

A atuação traz benefícios estratégicos para o país?

Diante dessa magnitude, em especial na complexa conjuntura atual, ela tende a fomentar relações de confiança que podem proporcionar futuras parcerias estratégicas e cooperação econômica entre indústrias nacionais de defesa ou em diversas outras áreas. Ademais, um

bom desempenho dos militares da Marinha, evidenciando seus elevados níveis de profissionalismo, formação e capacidade, pode contribuir para a dissuasão de iniciativas hostis contra o Brasil.

Como a CTF 151 atua?

O foco principal está voltado para ações contra a pirataria. Entretanto, essa CTF também pode compartilhar, com outras forças-tarefa que atuam na sua área de responsabilidade, eventuais informações obtidas sobre outros tipos de ilícitos. O combate aos piratas envolve diversas atividades, tais como a obtenção de informações de inteligência e o

desenvolvimento do relacionamento e compartilhamento de informações com atores regionais, além do combate propriamente dito, que é realizado de acordo com a legislação nacional do país detentor do navio de guerra que está na localidade do delito, considerando as regras do direito internacional, e somente em águas internacionais, ou seja, fora do mar territorial de qualquer país.

A atuação em uma zona de conflito, como ocorre agora no Mar Vermelho, traz algum risco para o país? Há possibilidade de ação contra embarcações de outros países? A CMF não prescreve nível es-

pecífico de participação de qualquer Estado-membro e seus elementos subordinados, como a CTF 151, não podem participar em conflitos armados. Portanto, a contribuição de cada Estado varia dependendo da sua capacidade e disposição para atuar. De um modo geral, não há regras de engajamento estabelecidas no âmbito da CTF 151. Porém, em consonância com o direito internacional, um navio dessa força pode efetuar procedimentos para a sua autodefesa ou, considerando a recente Resolução 2.722 de 2024 do Conselho de Segurança da ONU, também tem a possibilidade de defender embarcações de seu país contra ataques, incluindo aqueles que prejudicam os direitos de navegação e liberdades, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu país. Mas sem qualquer orientação, nesse sentido, proveniente da CTF 151, sendo considerada, nessa situação, uma National Tasking (de decisão e responsabilidade do país).

O aumento da atuação dos piratas na região impôs algum prejuízo para o Brasil?

De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, cerca de 80% do comércio global é movimentado por via marítima, e grande parte desse comércio passa por rotas marítimas-chave, como o Mar Vermelho e o Golfo de Aden. Portanto, o aumento da atuação de piratas impõe prejuízo a toda a economia global, incluindo o Brasil. Ele em princípio, aumenta o custo dos seguros de transporte marítimo, do frete dos produtos e das medidas de segurança, tais como instalação de redes e contratação de segurança armada pelos navios, bem como tem ocasionado, por parte de alguns navios, acréscimo do tempo e dos custos de logística ao redirecionar suas rotas para contornarem toda a costa da África. Essa conjuntura contribui para que os produtos tenham seus valores reajustados.

Quais são os produtos mais afetados?

Uma vez que o Mar Vermelho e o Golfo de Aden são rotas cruciais para conectar o Oceano Índico ao Mar Mediterrâneo, facilitando o comércio entre o Oriente e o Ocidente, produtos e mercadorias de importação e exportação, como petróleo, gás, minérios, metais, materiais eletrônicos e manufaturados, produtos agrícolas e alimentos sentirão impacto em seus valores.

Como a Marinha avalia o risco atual para as embarcações brasileiras que trafegam na região?

A conjuntura atual requer que todos os esforços e medidas de segurança sejam observados no Mar Vermelho e em regiões adjacentes. Visando mitigar os riscos para a segurança das embarcações e tripulações brasileiras, a Marinha do Brasil, com o suporte do comando brasileiro da CTF 151, tem mantido constante monitoramento dessas embarcações, além de manter comunicação, transmitindo recomendações de segurança, para empresas responsáveis por esses navios.

TRAMA GOLPISTA

Exército diz que agirá após decisões judiciais

» INGRID SOARES

Cinco dias depois da operação Tempus Veritatis, o Exército se manifestou sobre eventuais punições aos militares envolvidos na trama golpista desvelada pela Polícia Federal. Em nota, a Força afirmou que as "providências" contra os alvos da operação "serão tomadas em conformidade com as decisões jurídicas".

"O Exército, enquanto instituição que prima pela legalidade e pela harmonia entre os demais entes da República, vem colaborando com as autoridades policiais nas investigações conduzidas. As providências, quando necessárias, serão tomadas em conformidade com as decisões jurídicas acerca do assunto", informa o texto divulgado ontem à noite.

A operação investiga, segundo a PF, uma "organização criminosa" responsável por atuar em tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito. O ex-presidente Jair Bolsonaro, ex-ministros, militares de alta patente e ex-assessores de Bolsonaro são alvos da operação.

Na quinta-feira passada, ao comentar a presença de generais entre os alvos da PF, o ministro da Defesa, José Múcio, se limitou a dizer que "cabe às Forças Armadas apoiar a decisão da Justiça". No mesmo dia, o Centro de Comunicação Social da Marinha emitiu uma nota afirmando que "não se manifesta sobre processos investigatórios em curso, sob sigilo, no âmbito do Poder Judiciário".

uma das ações da Tempus Veritatis foi a escolta, dos Estados Unidos até o Brasil, do coronel Bernardo Romão Corrêa Netto. Ele foi preso no domingo (11), após desembarcar no Brasil, e foi levado para o Batalhão da Guarda Presidencial. O coronel é peça central na investigação, e apontado como "homem de confiança" do ex-ajudante de



ordens de Jair Bolsonaro, tenentecoronel Mauro Cid.

Segundo apontam as investigações, Corrêa Neto contribuiu na disseminação de notícias falsas contra o sistema eleitoral, em ataques e pressões a militares que não aderiram à retórica golpista. Organizou, ainda, uma reunião em Brasília com integrantes das Forças Especiais, os Kids Pretos, das quais também é membro, para tratar das ações que seriam tomadas no caso de consumação do golpe, como a prisão de autoridades.

As investigações apontam que ele foi o responsável por intermediar os convites para o encontro, selecionando homens da força terrestre especializados em operações especiais, na atuação em ataques contra infraestrutura, como pontes e torres de transmissão de energia.

Protesto na Paulista

Em um vídeo distribuído nas redes sociais, o ex-presidente Jair Bolsonaro convocou a militância a um protesto no próximo dia 25, na Avenida Paulista, na capital



Reprodução / Redes Sociais

compareçam de verde e amarelo

Operação Tempus Veritatis investiga plano golpista com envolvimento de militares

do estado. "No último domingo de fevereiro, dia 25, às 3h da tarde, estarei na Paulista, realizando um ato pacífico em defesa do nosso Estado Democrático de Direito. Eu peço a todos vocês que compareçam trajando verde e amarelo e, mais que isso: não compareçam com qualquer faixa e cartaz contra quem quer que seja", disse o ex-presidente.